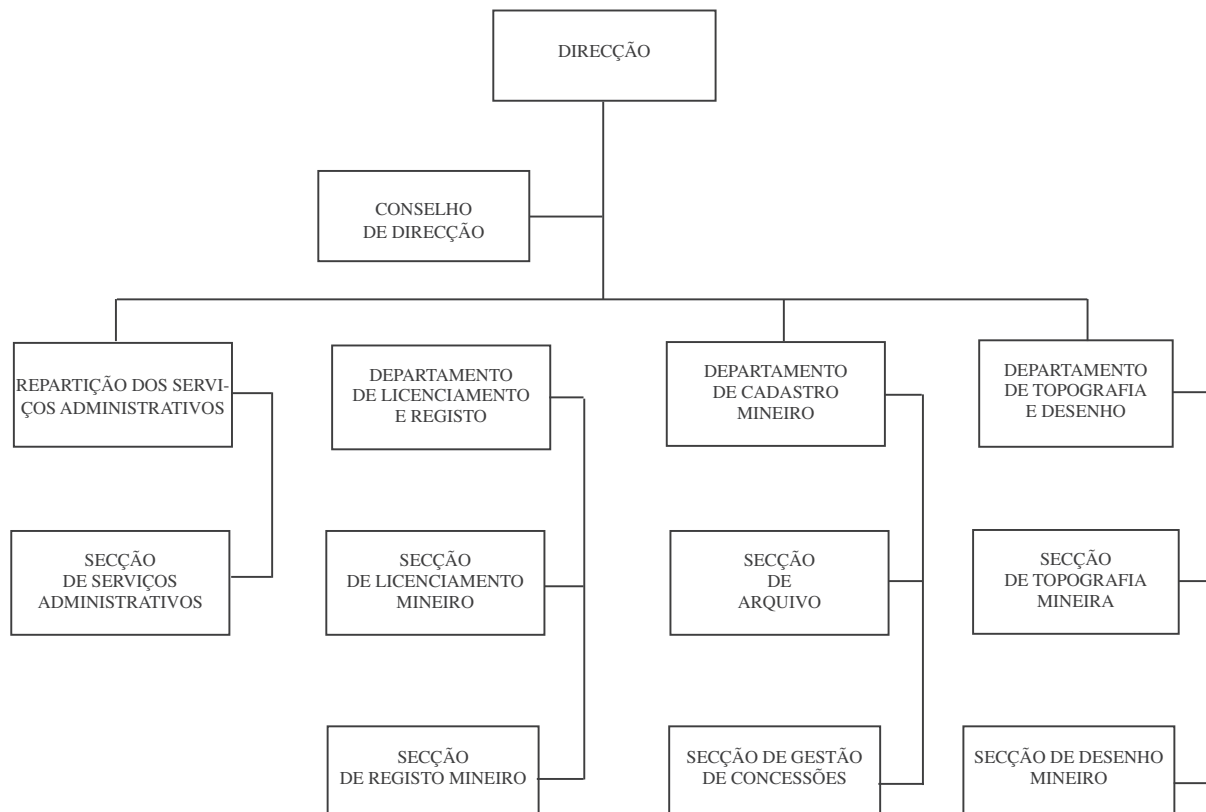


ORGANIGRAMA

O Ministro, *Joaquim Duarte da Costa David*.

Decreto executivo n.º 155/11
de 30 de Setembro

Convindo adequar a actividade e funcionamento da Direcção Nacional de Minas do Ministério da Geologia e Minas e da Indústria, na sequência da aprovação do estatuto orgânico deste Ministério;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo com o n.º 1 do artigo 33.º do Decreto Presidencial n.º 72/10, de 20 de Maio, determino:

Artigo 1.º — É aprovado o regulamento interno da Direcção Nacional de Minas do Ministério da Geologia e Minas e da Indústria, anexo ao presente decreto executivo e dele fazendo parte integrante.

Artigo 2.º — As dúvidas e omissões que emergirem da interpretação e aplicação do presente decreto executivo serão resolvidas por despacho do Ministro da Geologia e Minas e da Indústria.

Artigo 3.º — Este decreto executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 30 de Setembro de 2011.

O Ministro, *Joaquim Duarte da Costa David*.

**REGULAMENTO INTERNO DA DIRECÇÃO
NACIONAL DE MINAS**

CAPÍTULO I
Natureza e Atribuições

ARTIGO 1.º
(Âmbito)

A Direcção Nacional de Minas (DNM) é o serviço executivo do Ministério da Geologia e Minas e da Indústria responsável pelo fomento, promoção, acompanhamento, orientação, supervisão da exploração e beneficiamento, circulação e comercialização dos recursos minerais.

ARTIGO 2.º
(Atribuições)

No âmbito das atribuições estabelecidas no artigo 11.º do estatuto orgânico do Ministério da Geologia e Minas e da Indústria, compete à Direcção Nacional de Minas:

- a) Cooperar na definição e velar pela execução da política mineira do País e promover o aproveitamento racional e sustentado dos recursos minerais;
- b) Coordenar, supervisionar toda a actividade de exploração, beneficiamento, circulação e comercialização dos recursos minerais no território nacional;
- c) Acompanhar e controlar o funcionamento regular das empresas autorizadas a desenvolver actividades mineiras, com base nos planos e programas anuais de exploração, da produção, comercialização e investimentos, assim como dos indicadores macroeconómicos disponíveis;
- d) Velar pelo cumprimento das normas técnicas aplicáveis na indústria mineira e ao ambiente;
- e) Fomentar, promover e dinamizar projectos mineiros, criando condições propícias para atracção de investimentos;
- f) Velar pela exploração diversificada e sustentável dos recursos minerais;
- g) Registar e supervisionar os equipamentos, a tecnologia, incluindo o uso, transporte e armazenamento de materiais explosivos destinados às actividades mineiras;
- h) Controlar e coordenar o trânsito de amostras de recursos minerais provenientes da exploração ou beneficiamento mineiro, destinados à comercialização, exploração, estudos e análise em estreita colaboração com outras entidades competentes;
- i) Supervisionar a circulação e a importação de maquinarias e equipamentos mineiros, exigindo a observância de normas de segurança necessárias, em colaboração com as entidades competentes;
- j) Preparar mapas actualizados de concessões com os avanços da exploração mineira, em estreita colaboração com a Direcção Nacional de Licenciamento e Cadastro Mineiro, Instituto Geológico de Angola e demais serviços afins;
- k) Realizar as demais tarefas que lhe forem superiormente determinadas.

CAPÍTULO II
Organização e Funcionamento

ARTIGO 3.º
(Organização)

A Direcção Nacional de Minas compreende:

- a) Direcção;
- b) Conselho Técnico;

- c) Departamento de Técnicas e Tecnologias Mineiras;
- d) Departamento de Desenvolvimento Mineiro;
- e) Departamento de Promoção de Investimentos Mineiros e Assistência às Empresas;
- f) Departamento de Apoio e Assistência à Mineração a Pequena Escala;
- g) Repartição dos Serviços Administrativos.

ARTIGO 4.º
(Direcção)

A Direcção Nacional de Minas é dirigida por um director nacional, a quem compete:

- a) Organizar, coordenar e supervisionar os serviços que integram a Direcção Nacional de Minas;
- b) Responder pela actividade da Direcção perante o Ministro;
- c) Assistir o Ministro em todos os aspectos relacionados com a mineração, concepção e elaboração da estratégia de expansão e desenvolvimento mineiro;
- d) Participar na definição da política e estratégia de desenvolvimento mineiro;
- e) Representar a Direcção Nacional de Minas em todos os actos para os quais esteja expressamente mandatado;
- f) Submeter à apreciação e decisão do Ministro da Geologia e Minas e da Indústria e/ou Secretário de Estado da Geologia e Minas, os assuntos que careçam de resolução superior;
- g) Controlar as actividades dos detentores de direitos de exploração mineira, garantindo a observância da legalidade;
- h) Garantir o cumprimento das orientações emanadas do Ministro da Geologia e Minas e da Indústria e demais organismos competentes do Estado no âmbito da actividade mineira, junto das empresas de exploração, de beneficiamento e de comercialização de recursos minerais;
- i) Apreciar os processos de comercialização e emitir guias de exportação de recursos minerais;
- j) Propor superiormente a suspensão ou o encerramento das operações mineiras efectuadas sem obediência às normas técnicas próprias ou à legislação em vigor;
- k) Colaborar com o Instituto Geológico de Angola e recolher dados periódicos dos resultados dos trabalhos de prospecção destinados a promoção de projectos mineiros;
- l) Colaborar com os organismos afins na prevenção e registo de acidentes, na conservação e protecção do ambiente, pelas empresas detentoras de direitos mineiros;
- m) Propor a aprovação dos planos de exploração, programas anuais de actividades mineiras, projectos e estudos elaborados pelas empresas detentoras de direitos mineiros;

- n)* Colaborar com os serviços competentes na promoção de relações de cooperação e intercâmbio com organizações e entidades congêneres nacionais e estrangeiras;
- o)* Elaborar planos anuais das actividades da Direcção, bem como os competentes relatórios trimestrais e anuais de exercício;
- p)* Executar as demais tarefas superiormente determinadas ou por lei.

ARTIGO 5.º
(Conselho Técnico)

1. O Conselho Técnico é o órgão consultivo do Director, em matéria de gestão corrente das actividades, organização e disciplina laboral da Direcção, ao qual compete:

- a)* Analisar e propor as linhas de orientação e os programas de actividade da Direcção Nacional de Minas;
- b)* Efectuar o balanço do trabalho realizado, de modo a verificar o cumprimento dos objectivos traçados com base nas informações periódicas de cada departamento.

2. O Conselho Técnico é convocado e presidido pelo Director e reunirá mensalmente em sessão restrita com os chefes de departamento e de Repartição Administrativa.

3. O Conselho Técnico Alargado compreende, para além dos membros referidos no número anterior, técnicos e chefes de secção da Direcção Nacional de Minas, entidades e especialistas das empresas com actividade de mineração ou de organismos e ainda representantes provinciais do Ministério da Geologia e Minas e da Indústria, cuja presença e participação se mostre relevante.

ARTIGO 6.º
(Departamento de Técnicas e Tecnologias Mineiras)

1. Compete ao Departamento de Técnicas e Tecnologias Mineiras:

- a)* Emitir pareceres sobre as exportações comerciais e de estudo de recursos minerais, em colaboração com as entidades competentes, bem como controlar o trânsito de amostras;
- b)* Dar pareceres sobre os planos de avaliação do impacto ambiental;
- c)* Emitir pareceres sobre processos de concessão e prorrogação de direitos mineiros;
- d)* Participar na regulamentação e a actualização da legislação aplicável às actividades geológicas e mineiras;
- e)* Organizar um banco de dados sobre informações das empresas mineiras e velar pela sua actualização;

- f)* Propor a aquisição de manuais e boletins para actualização técnico-profissional regular no seu âmbito;
- g)* Elaborar planos anuais de actividade, assim como relatórios semestrais e anuais da sua execução;
- h)* Colaborar na definição de prioridades para elaboração e avaliação de projectos mineiros, primando pelos aspectos de beneficiamento e ensaios tecnológicos;
- i)* Analisar e dar pareceres sobre projectos de beneficiamento e transformação local dos recursos minerais;
- j)* Colaborar na elaboração de estudos e projectos, de modo a substituir as importações, incentivando projectos para beneficiamento e transformação local dos recursos minerais;
- k)* Organizar e acompanhar a evolução tecnológica de beneficiamento de minérios;
- l)* Avaliar e acompanhar as instalações de beneficiamento mineiro;
- m)* Realizar trabalhos de ensaios tecnológicos necessários para o desenvolvimento mineiro e elaboração de projectos;
- n)* Coligir informações, dados sobre inovações tecnológicas de beneficiamento e ensaios mineiros para a modernização da tecnologia mineira do País;
- o)* Efectuar estudos sobre tecnologias mineiras e de beneficiamento de minérios, colaborando com os organismos afins;
- p)* Colaborar com os serviços e organismos que desenvolvem actividade similar ou afins;
- q)* Propor a aquisição de manuais e boletins para actualização técnico-profissional regular no seu âmbito;
- r)* Colaborar na constituição do banco de dados mineiros;
- s)* Elaborar planos anuais de actividade e relatórios semestrais e anuais das suas actividades;
- t)* Executar as demais tarefas superiormente determinadas ou por lei.

2. O Departamento de Técnicas e Tecnologias Mineiras é dirigido por um técnico e tem a seguinte estrutura:

- a)* Secção de Tecnologia nas Actividades Mineiras;
- b)* Secção do Ambiente e Segurança Mineira.

ARTIGO 7.º
(Secção de Tecnologia nas Actividades Mineiras)

A Secção de Tecnologia nas Actividades Mineiras é dirigida por um técnico, ao qual compete:

- a)* Acompanhar todo o processo produtivo, relatórios, registos e instalações das empresas mineiras;
- b)* Registar e informar o estado de conservação e de operacionalidade da maquinaria, equipamentos e instalações utilizadas pelas empresas;

- c) Estudar e informar os assuntos respeitantes à maquinaria, equipamentos e instalações de beneficiamento de recursos minerais, quer sejam ou não acessórios à exploração mineira, assegurando o registo actualizado da sua aquisição;
- d) Analisar a disponibilidade mecânica e de operacionalidade dos equipamentos, de acordo com os planos de produção e projectos aprovados, assim como controlar o grau do seu cumprimento;
- e) Estudar e informar os assuntos respeitantes à tecnologia e métodos aplicados à exploração e beneficiamento dos recursos minerais;
- f) Efectuar estudos sobre tecnologias mineiras e de beneficiamento de minérios, colaborando com os organismos afins;
- g) Acompanhar o cumprimento das obrigações fiscais e financeiras decorrentes da atribuição de direitos mineiros;
- h) Zelar pelo cumprimento das disposições legais aplicáveis a mineração, referente aos trabalhos relacionados com o subsolo;
- i) Elaborar planos anuais, assim como relatórios semestrais e anuais das suas actividades;
- j) Propor a aquisição de manuais e boletins para actualização técnico-profissional regular;
- k) Executar as demais tarefas superiormente determinadas ou por lei.

ARTIGO 8.º

(Secção do Ambiente e Segurança Mineira)

A Secção do Ambiente e Segurança Mineira é dirigida por um técnico, ao qual compete:

- a) Colaborar e acompanhar o impacto das actividades mineiras sobre as condições e protecção do ambiente, em colaboração com os outros organismos do Estado;
- b) Colaborar com as estruturas competentes em questões ambientais e de segurança mineira, na apreciação dos planos de avaliação do impacto ambiental e respectivas auditorias;
- c) Estudar e propor medidas de prevenção de acidentes e de protecção ambiental, cooperando com as comunidades e entidades envolvidas;
- d) Colaborar no controlo, transporte, armazenamento e uso de substâncias explosivas destinadas às actividades mineiras e afins;
- e) Elaborar planos anuais das suas actividades e relatórios semestrais e anuais exigidos por lei;
- f) Propor a aquisição de manuais e boletins para actualização técnico-profissional regular;
- g) Organizar um banco de dados sobre informação respeitante a questões ambientais e de segurança industrial e velar pela sua actualização;
- h) Executar as demais tarefas superiormente determinadas.

ARTIGO 9.º

(Departamento de Desenvolvimento Mineiro)

1. Compete ao Departamento de Desenvolvimento Mineiro:

- a) Acompanhar as actividades mineiras, assegurando a exploração racional dos recursos minerais;
- b) Acompanhar a execução dos planos anuais de exploração, beneficiamento de recursos minerais, assim como o cumprimento das obrigações contratuais no tocante à realização dos investimentos aprovados e pagamentos devidos ao Estado;
- c) Orientar o desenvolvimento mineiro com vista a aumentar a contribuição dos recursos minerais para o desenvolvimento económico e social;
- d) Emitir pareceres sobre os valores a atribuir aos minerais destinados à comercialização ou exportação;
- e) Colaborar na definição de prioridades e na avaliação de empreendimentos e projectos mineiros;
- f) Estudar vias e meios de expansão de outras actividades económicas de substituição a implementar nas zonas em que se esgotarem as reservas minerais dos jazigos em exploração;
- g) Organizar um banco de dados sobre informação respeitante à exploração de recursos minerais e velar pela sua actualização;
- h) Acompanhar e controlar a depleção mineira;
- i) Emitir pareceres sobre pedidos de concessão e prorrogação de direitos mineiros;
- j) Preparar e acompanhar os termos de compromissos de execução dos planos de exploração e do cumprimento das obrigações contratuais, rubricadas entre o Ministério e as empresas detentoras de direitos mineiros;
- k) Velar pelo fornecimento de relatórios e informações periódicas nos prazos estabelecidos, para as empresas que exploram recursos minerais;
- l) Colaborar com os demais serviços do Ministério no acompanhamento e controlo das receitas para o Estado, provenientes do exercício das actividades mineiras;
- m) Propor a aquisição de manuais e boletins para actualização regular técnico-profissional no seu âmbito;
- n) Elaborar planos anuais e relatórios semestrais e anuais exigidos por lei;
- o) Executar as demais tarefas superiormente determinadas.

2. O Departamento de Desenvolvimento Mineiro é dirigido por um técnico, com a categoria de chefe de departamento, a quem compete:

- a) Orientar e coordenar a actividade do departamento;
- b) Apresentar as propostas, pareceres, estudos e outros trabalhos relacionados com a actividade do departamento.

3. O Departamento de Desenvolvimento Mineiro compreende as seguintes secções:

- a) Secção de Acompanhamento das Operações Mineiras;
- b) Secção de Análises e Avaliação dos Recursos Minerais.

ARTIGO 10.º

(Secção de Acompanhamento das Operações Mineiras)

A Secção de Acompanhamento das Operações Mineiras é dirigida por um técnico, a quem compete:

- a) Elaborar propostas de concepção, de expansão e desenvolvimento mineiro nacional;
- b) Assegurar o controlo e o cumprimento da execução dos planos de exploração das empresas;
- c) Colaborar com as empresas mineiras no estudo das instalações e processos mais convenientes de beneficiamento mineiro;
- d) Coligir dados e registar os mapas de interesse técnico-financeiro, para acompanhamento das actividades desenvolvidas pelas empresas concessionárias;
- e) Acompanhar a execução dos planos de investimentos aprovados, propondo medidas que se mostrem necessárias;
- f) Assegurar e acompanhar a gestão das reservas de recursos minerais de modo a garantir a sua exploração racional;
- g) Organizar um sistema de estatística das actividades mineiras que careçam de actualização;
- h) Dar parecer e elaborar estudos sobre técnicas actualizadas no domínio da tecnologia e indústria mineira, de produção e comercialização de recursos minerais;
- i) Propor a aquisição de manuais e boletins para actualização regular técnico-profissional no seu âmbito;
- j) Coordenar e controlar a circulação de informações e relatórios relacionados com as actividades de produção e comercialização de recursos minerais;
- k) Elaborar planos anuais e relatórios semestrais e anuais das suas actividades;
- l) Executar as demais tarefas determinadas superiormente ou por lei.

ARTIGO 11.º

(Secção de Análises e Avaliação dos Recursos Minerais)

A Secção de Análises e Avaliação dos Recursos Minerais é dirigida por um chefe de secção, a quem compete:

- a) Velar pelo acompanhamento das exportações e importações de recursos minerais;
- b) Organizar um sistema expedito de actualização de estatística da actividade de comercialização;

- c) Proceder ao registo e controlo da comercialização de recursos minerais, de acordo com as normas e exigências do mercado;
- d) Efectuar a classificação e identificação dos recursos minerais, sempre que solicitado;
- e) Coligir e manter actualizados dados sobre os preços dos recursos minerais produzidos no País, tendo em conta as cotações dos mercados nacional e internacional, acompanhando a sua evolução;
- f) Participar as irregularidades ou actos ilícitos de comercialização dos recursos minerais constatados;
- g) Propor a aquisição de manuais e boletins para actualização regular técnico-profissional no seu âmbito;
- h) Colaborar na constituição e actualização do banco de dados mineiro;
- i) Elaborar planos anuais e relatórios semestrais e anuais das suas actividades;
- j) Executar as demais tarefas superiormente determinadas ou por lei.

ARTIGO 12.º

(Departamento de Promoção de Investimentos Mineiros e Assistências às Empresas)

1. Compete ao Departamento de Promoção de Investimentos Mineiros e Assistências às Empresas:

- a) Compilar, informar e elaborar estudos de projectos mineiros, colaborando com os organismos nacionais, regionais e internacionais;
- b) Colaborar com as empresas detentoras de direitos mineiros no estudo de viabilidade de novas oportunidades, optimização e aproveitamento dos recursos minerais;
- c) Elaborar vias e meios que propiciem oportunidades para o lançamento e dinamização de projectos de exploração de recursos minerais;
- d) Estudar e propor vias de promoção de uma indústria extractiva que vise aumentar a contribuição dos recursos minerais no desenvolvimento económico-social nacional e garanta um desenvolvimento sustentado;
- e) Identificar e promover os recursos minerais que permitam assegurar o estabelecimento da indústria nacional em matérias-primas minerais em substituição das importações e incentivando a transformação local dos recursos minerais extraídos;
- f) Colaborar na definição de prioridades na avaliação de projectos mineiros e estratégia de desenvolvimento mineiro;
- g) Organizar um banco de dados sobre todos os elementos de informação respeitante a promoção de investimentos mineiros e velando pela sua actualização;
- h) Propor a aquisição de manuais e boletins para actualização regular técnico-profissional no seu âmbito;

- i) Colher informações sobre eventos de promoção de investimentos e preparar condições de organização e participação a estes;
- j) Colaborar com os serviços competentes na preparação do guia de investimentos do sector mineiro;
- k) Elaborar planos anuais e relatórios semestrais e anuais das suas actividades;
- l) Executar as demais tarefas superiormente determinadas.

2. O Departamento de Promoção de Investimentos Mineiros e Assistência às Empresas é dirigido por um técnico com a categoria de chefe de departamento e tem a seguinte estrutura:

- a) Secção de Promoção de Investimentos Mineiros;
- b) Secção de Assistência às Empresas.

ARTIGO 13.º

(Secção de Promoção de Investimentos Mineiros)

A Secção de Promoção de Investimentos Mineiros é dirigida por um chefe de secção, a quem compete:

- a) Acompanhar a evolução dos projectos de mineração e formular as medidas pertinentes de promoção;
- b) Analisar e promover os investimentos através da criação de oportunidades para elaboração e implementação de projectos mineiros;
- c) Estudar e incentivar a promoção das actividades económicas de substituição a implementar após esgotamento das reservas dos jazigos;
- d) Elaborar propostas sobre as melhores estratégias a adoptar nos investimentos de mineração;
- e) Colaborar com organismos afins relativamente às actividades desenvolvidas no seu âmbito;
- f) Propor a aquisição de manuais e boletins para actualização regular técnico-profissional;
- g) Colaborar na constituição do banco de dados mineiro;
- h) Elaborar planos anuais e relatórios semestrais e anuais das suas actividades;
- i) Executar as demais actividades superiormente determinadas ou por lei.

ARTIGO 14.º

(Secção de Assistência às Empresas)

A Secção de Assistência às Empresas é dirigida por um chefe de secção, a quem compete:

- a) Colaborar no planeamento para definição de prioridades na elaboração e avaliação de projectos mineiros;
- b) Analisar e assistir as empresas na elaboração de planos e projectos de exploração mineira;
- c) Elaborar e propor estratégias que incentivem a implementação de projectos que visem a transformação local dos recursos minerais;

- d) Assegurar a assistência e avaliação dos projectos aprovados superiormente para o sector;
- e) Colaborar na elaboração de estudos e acompanhar a evolução tecnológica de interesse para o sector, propondo as medidas achadas pertinentes;
- f) Compilar a literatura e dados de inovações tecnológicas, bem como elaborar estudos que tenham por objecto a modernização da tecnologia mineira no País;
- g) Colaborar com os serviços e organismos que desenvolvem actividades similares ou afins;
- h) Assistir as empresas no processo de solicitação de direitos mineiros, de modo a respeitar as normas e procedimentos conducentes à obtenção dos mesmos;
- i) Propor a aquisição de manuais e boletins para actualização regular técnico-profissional no seu âmbito;
- j) Colaborar na constituição do banco de dados mineiro;
- k) Elaborar planos anuais e relatórios semestrais e anuais das suas actividades;
- l) Executar as demais tarefas superiormente determinadas ou por lei.

ARTIGO 15.º

(Departamento de Apoio e Assistência à Pequena Mineração)

1. O Departamento de Apoio e Assistência à Pequena Mineração tem as seguintes atribuições:

- a) Promover e apoiar o surgimento de operadores na mineração artesanal e a pequena escala, garantindo a sua assistência multiforme;
- b) Promover e incentivar o agrupamento dos vários produtores artesanais em pequenas cooperativas ou associações de mineração artesanal e a pequena escala, com vista a reforçar a sua capacidade de gestão;
- c) Encorajar os produtores artesanais e a pequena escala na observância e respeito às normas legais vigentes no País, no exercício das suas actividades;
- d) Colaborar com as estruturas e organismos competentes e garantir o apoio necessário na atribuição de direitos mineiros de exploração aos pequenos produtores artesanais e a pequena escala;
- e) Garantir o acompanhamento do fluxo da produção mineira artesanal e a pequena escala, desde à mina aos postos de venda oficialmente determinados;
- f) Velar e contribuir pela melhoria das condições de vida das comunidades locais visando o seu desenvolvimento integrado;
- g) Divulgar as normas de segurança a implementar nos locais onde se desenvolve a actividade de mineração artesanal e a pequena escala e velar pela sua aplicação;

- h) Colaborar com os demais serviços do Ministério no acompanhamento e controlo das receitas provenientes da actividade de mineração artesanal e a pequena escala;
- i) Velar pelo fornecimento de relatórios e informações periódicas nos prazos estabelecidos, para os produtores artesanais e a pequena escala;
- j) Encorajar o produtor artesanal e a pequena escala a preparar-se para investir noutros sectores da economia após terminada a actividade de mineração;
- k) Promover e participar na criação de um fundo de crédito mineiro para a promoção da mineração artesanal e a pequena escala;
- l) Colaborar na reconversão do passivo ambiental e no desenvolvimento comunitário;
- m) Identificar os recursos minerais sujeitos à mineração artesanal e a pequena escala;
- n) Organizar um banco de dados sobre todos os elementos de informação respeitantes à exploração artesanal e a pequena escala;
- o) Propor a aquisição de manuais e boletins para actualização regular técnico-profissional no seu âmbito;
- p) Elaborar planos anuais e relatórios semestrais e anuais das suas actividades;
- q) Executar as demais tarefas superiormente determinadas.

2. O Departamento de Apoio e Assistência à Pequena Mineração é dirigido por um técnico com a categoria de chefe de departamento e tem a seguinte estrutura:

- a) Secção de Apoio e Assistência à Mineração Artesanal;
- b) Secção de Apoio e Assistência à Mineração a Pequena Escala.

ARTIGO 16.º

(Secção de Apoio e Assistência à Mineração Artesanal)

A Secção de Apoio e Assistência à Mineração Artesanal é dirigida por um técnico com categoria de chefe de secção, a quem compete:

- a) Acompanhar e controlar regularmente a evolução da actividade da mineração artesanal;
- b) Elaborar propostas concretas sobre as estratégias a utilizar para a mineração artesanal;
- c) Dar pareceres sobre as solicitações para concessão de direitos mineiros para o exercício da actividade de exploração artesanal;
- d) Colaborar na identificação dos recursos minerais sujeitos à mineração artesanal;
- e) Colaborar na constituição do banco de dados mineiros;
- f) Propor a aquisição de manuais e boletins para actualização regular técnico-profissional no seu âmbito;

- g) Elaborar planos anuais e relatórios semestrais e anuais das suas actividades;
- h) Executar as demais tarefas superiormente determinadas ou por lei.

ARTIGO 17.º

(Secção de Apoio e Assistência à Mineração à Pequena Escala)

A Secção de Apoio e Assistência à Mineração a Pequena Escala é dirigida por um chefe de secção, a quem compete:

- a) Acompanhar, coordenar e orientar toda a actividade de exploração a pequena escala;
- b) Dar pareceres sobre os aspectos relacionados com a constituição de cooperativas ou associações de pequenos produtores para outorga dos direitos mineiros;
- c) Colaborar com os demais serviços e organismos que desenvolvem actividades similares ou afins;
- d) Dar apoio técnico no que concerne a viabilidade de projectos de mineração a pequena escala;
- e) Colaborar na identificação dos recursos minerais sujeitos a mineração a pequena escala;
- f) Propor a aquisição de manuais e boletins para actualização regular técnico-profissional no seu âmbito;
- g) Elaborar planos anuais da sua actividade e relatórios semestrais e anuais exigidos por lei;
- h) Executar as demais tarefas superiormente determinadas.

ARTIGO 18.º

(Repartição dos Serviços Administrativos)

1. Compete à Repartição dos Serviços Administrativos:

- a) Coordenar, controlar e informar sobre toda a actividade administrativa da direcção;
- b) Elaborar o plano anual de necessidades técnico-materiais e o orçamento da direcção;
- c) Assegurar o abastecimento técnico-material de modo a garantir o funcionamento harmonioso da direcção;
- d) Recepcionar, classificar e dar tratamento administrativo e informático à toda a documentação e processos recebidos e a expedir;
- e) Velar pelo registo, manutenção e conservação do património da direcção;
- f) Manter organizados e actualizados todos os movimentos contabilísticos dos trabalhos desenvolvidos pela direcção;
- g) Organizar e preparar a documentação relacionada com reuniões e eventos;
- h) Atender o público e nos termos legais, prestar as informações que forem solicitadas;

- i) Compilar e elaborar os relatórios semestrais e anuais da direcção;
- j) Executar as demais tarefas superiormente determinadas ou por lei.

2. A Repartição dos Serviços Administrativos é dirigida por um chefe de repartição e tem a seguinte estrutura:

- a) Secção de Expediente e Serviços Gerais.

ARTIGO 19.º

(Secção de Expediente e Serviços Gerais)

A Secção de Expediente e Serviços Gerais é dirigida por um chefe de secção, a quem compete:

- a) Receber, classificar, dar entrada e expedir toda a correspondência e documentação destinada à direcção;
- b) Organizar o arquivo e controlar a documentação, quer técnica, quer administrativa, facilitando a sua localização;
- c) Coordenar todo o trabalho de reprodução de documentos e processamento de testes;
- d) Zelar pelo registo, manutenção e conservação do património adstrito à direcção;
- e) Assegurar a organização e gestão de todos os aspectos relacionados com o pessoal da direcção;
- f) Executar as demais tarefas superiormente determinadas.

CAPÍTULO III Quadro de Pessoal

ARTIGO 20.º (Quadro de pessoal)

1. O quadro de pessoal da Direcção Nacional de Minas é o constante do mapa em anexo.

2. O quadro de pessoal integra fiscais de minas e ambiente, para assegurar o acompanhamento e fiscalização das actividades geológico-mineiras e poderá ser alterado quanto às categorias e número de unidades, de harmonia com a evolução e a exigência dos serviços que o integram, por decreto executivo conjunto dos Ministros da Geologia e Minas, das Finanças e da Administração Pública, Emprego e Segurança Social.

3. O preenchimento dos postos de trabalho previstos no organigrama será efectuado gradualmente, nos moldes previstos pela legislação para o efeito.

ARTIGO 21.º (Organigrama)

O organigrama da direcção é o constante do mapa em anexo.

ARTIGO 22.º (Dúvidas)

As dúvidas surgidas da aplicação e interpretação do presente regulamento interno serão resolvidas por despacho do Ministro da Geologia e Minas.

ARTIGO 23.º (Entrada em vigor)

O presente regulamento interno entra imediatamente em vigor.

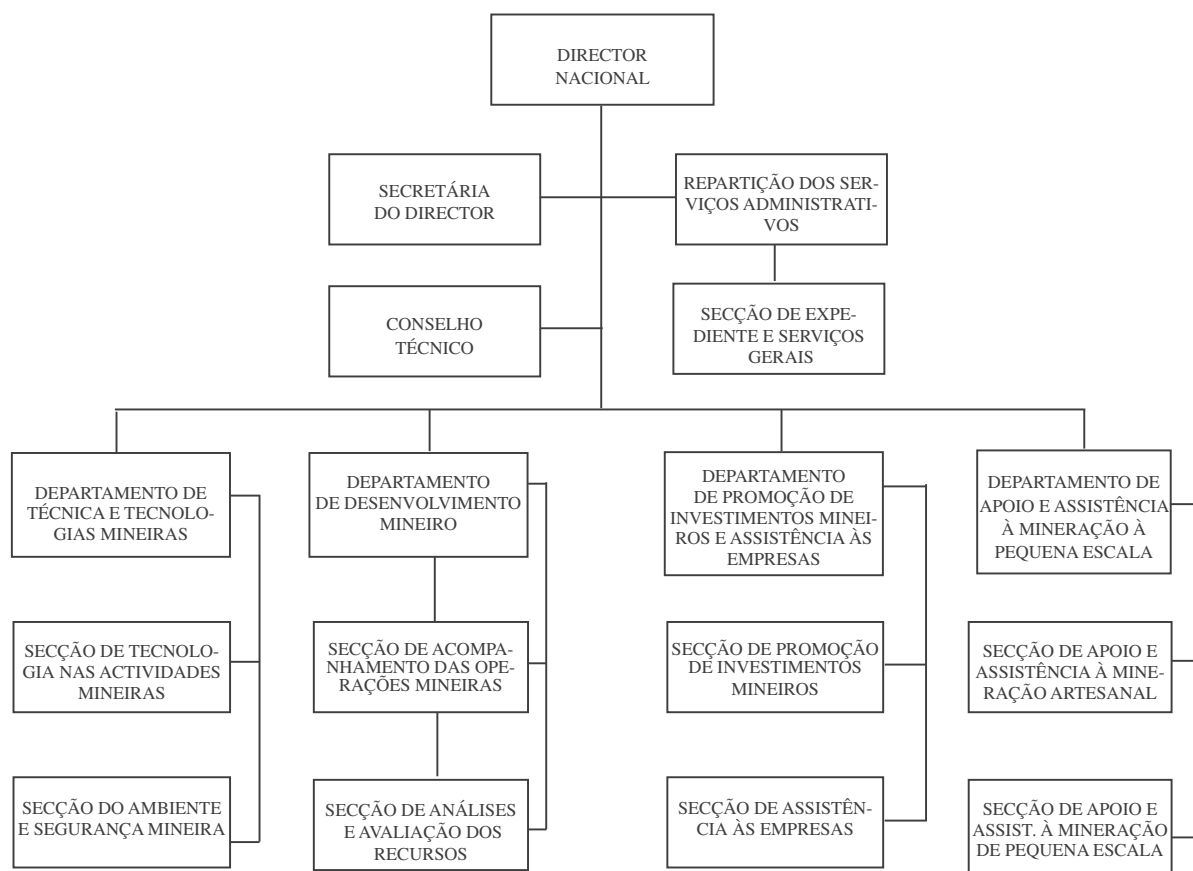
O Ministro, *Joaquim Duarte da Costa David*.

Quadro de pessoal

Grupo de pessoal	Categoria/cargo	N.º de lugares
Direcção	Director nacional	1
Chefia	Chefe de departamento	4
	Chefe de repartição	1
	Chefe de secção	9
Técnico superior	Assessor principal	2
	Primeiro assessor	1
	Assessor	2
	Técnico superior principal	2
	Técnico superior de 1.ª classe	3
	Técnico superior de 2.ª classe	5
Técnico	Técnico especialista principal	—
	Técnico especialista de 1.ª classe	—
	Técnico especialista de 2.ª classe	—
	Técnico de 1.ª classe	—
	Técnico de 2.ª classe	—
	Técnico de 3.ª classe	—
Técnico médio	Técnico médio principal de 1.ª classe	1
	Técnico médio principal de 2.ª classe	2
	Técnico médio principal de 3.ª classe	3
	Técnico médio de 1.ª classe	3
	Técnico médio de 2.ª classe	5
	Técnico médio de 3.ª classe	5
Administrativo	Oficial administrativo principal	1
	1.º oficial	2
	2.º oficial	2
	3.º oficial	2
	Aspirante	2
	Escriturário-dactilógrafo	2
Auxiliar	Auxiliar administrativo principal	—
	Auxiliar administrativo de 1.ª classe	1
	Auxiliar de limpeza principal	2
Operário qualificado	Motorista de 1.ª classe	2

O Ministro, *Joaquim Duarte da Costa David*.

ORGANIGRAMA



O Ministro, *Joaquim Duarte da Costa David*.